

A CATEGORIA DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A QUESTÃO REGIONAL: UMA APROXIMAÇÃO COM GRAMSCI

*Marcos Aurélio da Silva**

I

Quando sugeriu, pioneiramente, que a categoria marxista de formação social era apropriada para a análise geográfica da totalidade social (daí propô-la como uma categoria da formação sócio-espacial) Milton Santos (1977) não definiu um recorte espacial específico de sua incidência. Conquanto o fizesse em trabalho ulterior (SANTOS, 1982), apontando para o quadro nacional, o que, aliás, influenciou diferentes pesquisas na geografia brasileira, o texto seminal fornece várias possibilidades para uma investigação da questão regional, seja ela em uma escala infra ou supranacional. Veja-se, por exemplo, as referências do autor a obras como a de Maurice Dobb (1987) e Alejandro Rofman (1974). O primeiro, percorrendo a evolução do capitalismo na Europa, debruça-se sobre a totalidade social daquela região quando, no que diz respeito ao destacado caso dos capitalismo tardios, sequer os Estados nacionais estavam constituídos. Já Rofman, dedicando-se à análise das desigualdades regionais em uma formação periférica como a da Argentina, explicita que “as regiones de um sistema nacional constituyen un conjunto articulado de formaciones sociales, em donde se producen fenómenos internos y externos que determinan diferencias entre ellas” (ROFMAN, 1974, p. 102-3).

II

A categoria de formação econômico-social teve em Emilio Sereni a sua mais acabada e rica compreensão. Segundo ele,

a noção... se coloca inequivocamente no plano da história, que é ... o da totalidade e unidade de todas as esferas (estruturais, supra estruturais e outras) da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico (SERENI, 1976, p. 70-71).

* Professor Adjunto no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.

De fato, aqui Sereni afasta tanto o reducionismo da II Internacional (Kautsky, Plekhanov), que identificou a categoria em apreço com “a do conjunto das relações de produção ou com modo de produção ou enfim,... com (a) base econômica”, quanto o estruturalismo althusseriano, que preocupado em superar a noção hegeliana do tempo histórico, calcada na continuidade homogênea, termina por negar a unidade dialética entre continuidade e descontinuidade deste mesmo tempo histórico. É que na perspectiva estruturalista

não é possível pensar no mesmo tempo histórico os diferentes níveis do todo... Há para cada um dos modos de produção uma história e um tempo próprios, com cadências específicas do desenvolvimento das forças produtivas... uma história e um tempo próprios... das relações de produção; uma história própria da superestrutura política (SERENI, 1976, p. 69, 83 e 236).¹

Ainda segundo Sereni, e aqui também em oposição às leituras estruturalistas, a categoria de formação social permite revelar o funcionamento lógico-estrutural ou sociológico de uma dada sociedade² – todavia, lembra o autor, e aqui resgatando Lenin, isto não se fará, jamais, de uma forma exclusivamente lógica, devendo sempre conter um fundamento histórico-genético; daí a crítica de Sereni endereçada a Luporini, já que este afirma a possibilidade de apreender tal funcionamento a partir de um corte “em determinada fase histórica” (SERENI, 1976, p. 86, 87, 88 e 90).

Aliás, dizer que a noção se coloca “inequivocamente no plano da história” (SERENI, 1976, p. 70-1), ou que ela “é indissociável do *concreto* representado por uma sociedade historicamente determinada” (SANTOS, 1977, p. 86)³, é insistir que, enquanto uma categoria do pensamento, ela não pode ter uma definição estática, inclusive espacialmente. Com efeito, se, para Kant, as categorias são “as regras do entendimento”, ou “simplesmente um conceito-base, que tem uma grande generalidade” (CHÂTELET, 1994, p. 96), aqui, com Lukács, insistimos que não se trata de pensar que

¹ Para um exemplo de leitura althusseriana do tempo histórico utilizada como fundamento de uma pretensa abordagem dialética da questão regional veja-se Lipietz (1988, pp. 21-2).

² Diríamos, com Marx, aquele funcionamento em que “uma produção determinada e as relações por ela produzidas... estabelecem a todas as outras produções e às relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância (MARX, 1983 a, p. 224).

³ É preciso não perder de vista o sentido dialético da expressão posta em itálico pelo autor. “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (MARX, 1983 a, p. 218).

“a história se passe no interior do sistema de categorias, mas sim que a história é a transformação do sistema de categorias. As categorias, são, portanto, as formas do ser” (LUKCÁS, 1999, p. 146).⁴

III

Qual a delimitação geográfica de uma formação social – ou formação sócio-espacial, como bem estabeleceu Milton Santos?

Entendemos que uma formulação que considere “Um Estado-Nação ... uma Formação Sócio-Econômica” e uma “região não... mais que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional”, pois que “não tem uma existência autônoma” (SANTOS, 1982, p. 28), peca por exagerar a importância das relações externas na análise das regiões, tornando suas dinâmicas histórico-sociais particulares menos influentes e/ou subordinadas às pressões exógenas. Aliás, é justamente este o *leitmotif* das análises dos teóricos da dependência.

Certamente não basta apenas aceitar que uma região do Estado-Nação (ou um quadro supranacional) se identifique com uma formação. Para assim proceder é preciso explicitar o critério de regionalização que se está usando. Para Sérgio de la Peña, quando se faz menção a uma formação capitalista, “se pode tratar da totalidade do mundo capitalista, porém também da sociedade nacional (...) e ainda de conglomerados regionais de uma nação...” (DE LA PEÑA, 1978, p. 38). Todavia, porque concebe “o critério de discriminação” das áreas basicamente ligado à reprodução “em seu interior (d)as relações de produção... capitalista(s)” (DE LA PEÑA, 1978, p. 39), sua análise não logra ultrapassar a superfície do problema que apresenta. Na verdade, e para ser mais exato, ela apenas se enreda no viés estruturalista que faz tábula rasa das dinâmicas histórico-sociais particulares. Ora, isso significa que é preciso voltar ao âmago mesmo da definição desta categoria.

⁴ A passagem acima pode sugerir que Kant era um filósofo idealista. Nada mais enganoso. Como salientou Châtelet acerca da primeira crítica (A crítica da razão pura), “Kant é claro a respeito: a realidade existe fora do pensamento humano. A coisa existe em si”. Assim é que, a “primeira faculdade mobilizada pelo conhecimento é a sensibilidade. Algo que não vem do homem”, que constitui, pois, “o material do conhecimento” (CHÂTELET, 1994, p. 95 e 103). Note-se que é esta “ênfase na realidade independente do mundo objetivo acima de qualquer conceito cognitivo”, prefigurando, pois, “a tese materialista da irredutibilidade do ser ao pensamento”, que faz Lucio Colletti argumentar “que o verdadeiro precursor de Marx era Kant” (ANDERSON, 2004, p. 83). Certamente, assinalar a plausibilidade da tese de Colletti não significa subscrever o seu repúdio à tradição hegeliana do marxismo.

A relevância de um trabalho como o de Sereni (1976), aliás assinalada mesmo por Milton Santos (1977), torna patente que o critério de diferenciação regional não pode estar tão-somente na presença de relações capitalistas em si mesmas. O que se propõe é que o critério deve estar antes na particularidade histórica de constituição dessas relações em um dado ambiente geográfico e social. Dito de uma maneira mais categórica, na “história da luta de classes e produção do excedente em geral na região social dada”, conforme asseverou Afonso (1988, p. 37-8) (ainda que também se enrede, no que respeita à delimitação que aqui se trata, na mesma limitação de Santos). Mas isso sempre em interação com os diferentes elementos da totalidade da vida social.

Na verdade, neste ponto é preciso reter que, na categoria de formação social, o que está colocado é “todo o problema das transições e das crises..., como um problema maior do materialismo histórico e da prática política” (SANTOS, 1977, p. 85). Ora, Antonio Gramsci, para quem estes são “processos de desenvolvimento mais ou menos longos, e raramente de explosões ‘sintéticas’ imprevistas” (GRAMSCI, 1989, p. 90), não descuidou de assinalar, a presença, neles, “de diversas seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de forças em todos os graus”, como no exemplo da Vandéia, que “era aliada das forças reacionárias internacionais e representava-as nos seio da unidade territorial francesa” (GRAMSCI, 1989, p. 51).⁵

IV

Gramsci parte criativamente do que Marx e Engels estabeleceram na primeira parte do Manifesto Comunista, onde são analisadas as diversas etapas em que se formam a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 1980).⁶ Escrevendo sobre os diversos momentos ou graus das relações de forças, destaca um primeiro estágio, em que a relação de forças está “estritamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens”, a partir da qual “estruturam-se os agrupamentos sociais” – “ninguém pode modificar o número de fazendas e dos seus agregados, o número das

⁵ É ainda com o caso francês que o marxista sardo exemplifica a idéia de “processos mais ou menos longos”, onde também “as explosões ‘sintéticas’ se verificam...”. Segundo ele, “as contradições internas da estrutura francesa, que se desenvolvem depois de 1789, só encontram uma relativa composição com a Terceira República (pós 1871). E a França goza sessenta anos de vida política equilibrada depois de oitenta anos de transformações em ondas cada vez maiores” (GRAMSCI, 1989, p. 48).

⁶ “Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca”. “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento...” (MARX e ENGELS, 1980, p. 23 e 27).

idades com suas populações determinadas”, afirma; um segundo estágio ligado às forças políticas e seus vários graus, o econômico-corporativo (a aliança entre as classes dos comerciantes mas não entre estes e o fabricante), o da solidariedade entre os vários membros de um grupo social, mas ainda num plano estritamente econômico (a aliança entre o comerciante e o fabricante) e o mais abertamente político, em que os interesses meramente econômicos são superados, devendo “tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” – enfim, o grau “que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas”, o que aliás corresponde ao seu conceito de hegemonia⁷ (GRAMSCI, 1989, p. 49-50).

O fundamental a reter destas passagens, para o tema das expressões espaciais dos processos de transição e, logo, para a idéia das formações regionais, é que, segundo o autor, na “história real estes momentos se confundem reciprocamente... segundo as atividades econômicas sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticais)”, não se devendo esquecer que “com estas relações internas de um Estado-Nação, entrelaçam-se as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas” (GRAMSCI, 1989, p. 50-1).

Já assinalamos que Gramsci fornece o exemplo da Vandéia, mas podemos pensar também nas relações de forças que envolveram os mercadores fabricantes e os mercadores estrito senso na Inglaterra do século XVII, base, respectivamente, do protecionismo *whig* do norte, saído do pequeno modo de produção, ou dos novos mercadores interessados nos negócios com as colônias americanas, e o livre cambismo *tory*, representantes das grandes companhias comerciais londrinas nas disputas parlamentares que culminaram na Revolução Inglesa (DOBB, 1987, p. 168 e 219, BRENNER, 2003, p. 182-3). E não seria o caso de pensar na aliança entre os latifundiários ligados ao mercado interno do Sul do Brasil, Minas Gerais e Nordeste, que comandando hegemonicamente uma burguesia industrial com base no Sul e Sudeste do país, levaram a efeito uma revolução capitalista de cima para baixo no curso do século XX (MAMIGONIAN, 2000)? Aliás, no mundo agrário, não presenciamos, sob a forma de uma fronteira em movimento, que se desloca, no curso do citado século, do Sul e do Sudeste em direção ao Centro-Oeste, a crescente formação de uma burguesia

⁷ “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativo.” (GRAMSCI, 1989, p. 33). O terceiro estágio assinalado por Gramsci é aquele “da relação das forças militares, imediatamente decisiva em determinados instantes” (GRAMSCI, 1989, p. 51).

agrária, não raro saída também de um pequeno modo de produção, de perfil altamente moderno (RIBEIRO, 1988)?

Referências Bibliográficas

- AFONSO, C. A. **Teoria do Estado**: uma contribuição crítica à discussão teórica do Estado capitalista. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo 2004.
- BRENNER, R. **Merchants and Revolution**: Commercial Change, Political Conflict, and London's Overseas Traders, 1550-1653. London/New York: Verso, 2003.
- CHÂTELET, F. **Uma história da razão**: entrevistas com Émile Noël. Trad. L. Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- DE LA PEÑA, S. **El Modo de Producción capitalista**: teoría y método de investigación, México, Siglo XXI, 1978
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7 ed. Trad. L. M. Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LUKÁCS, G. **Pensamento vivido**: autobiografia em diálogo: entrevista a I. Eörsi e E. Vezér. Trad. C. A. Franco, São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Viçosa, MG: Editora da UFV, 1999.
- MAMIGONIAN, A. **Teorias sobre a industrialização brasileira**. Cadernos Geográficos, n. 2. Florianópolis: Departamento de Geocências, maio de 2000.
- MARX, K. O método da economia política. In: **Contribuição da crítica à economia política**. Trad. M. H. B. Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983 a.
- _____ e ENGELS, F. O Manifesto Comunista. In: **Obras Escolhidas**. V. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- RIBEIRO, I. de O. Evolução recente da agricultura na América Latina: contradições e modernização. In: Ribeiro, I. de O. **Agricultura, democracia e socialismo**. Coutinho, C. N. e David, M. B. de A. (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ROFMAN, A. **Desigualdades regionales y Concentración Económica**: el caso argentino. Buenos Aires, Ediciones Siap-Planteos, 1974.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método.

Boletim Paulista de Geografia, n. 54, 1977.

_____ **Espaço e Sociedade**: ensaios. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1982.

SERENI, E. La categoría de formación económico-social. **Cuadernos de Passado y**

Presente, nº 39, Córdoba: Argentina: Siglo XXI, 1976.